

A IDENTIDADE ÉTNICA E RELIGIOSA NUMA COMUNIDADE DE IMIGRANTES ALEMÃES NO SUL DO BRASIL: SANTA CRUZ DO SUL NA I REPÚBLICA (1889-1930)

Ethnic and religious identity in a community of german immigrants in south brazil: santa cruz do sul in the i republic (1889-1930)

Andrius Estevam Noronha¹

RESUMO: O trabalho analisa a identidade étnica e religiosa numa comunidade de imigrantes alemães no sul do Brasil tendo a cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul como estudo de caso no contexto da I República (1889-1930). Essa abordagem procura entender a construção de um discurso germânico e a capacidade dos luteranos em mobilizar sua rede de relações num ambiente hegemonicamente católico em nível local, regional e nacional. Tendo como base uma revisão bibliográfica sobre essa comunidade teuto-brasileira e dados estatísticos do cotidiano religioso, político e econômico, procuramos analisar a historiografia sobre a identidade étnica e religiosa de Santa Cruz do Sul além do perfil socioeconômico das populações católicas e luteranas. Por fim, recuperamos os resultados da disputa eleitoral entre as agremiações partidárias com maioria católica (Partido do Centro Católico) frente ao oponente de maioria luterana (Partido Liberal) na política local comparando com o hegemônico Partido Republicano Riograndense.

PALAVRAS-CHAVES: Santa Cruz do Sul, católicos, luteranos, I República, História local.

ABSTRACT: The paper analyzes the ethnic and religious identity in a community of German immigrants in the south of Brazil and the city of Santa Cruz do Sul as a case study in the context of the I Republic (1889-1930). This approach seeks to understand the construction of a Germanic discourse and the capability of Lutherans to mobilize their network of relationships in a hegemonic Catholic environment at local, regional and national level. Based on a bibliographical review on this German-Brazilian community and statistical data of religious, political and economic daily life, we analyzed the historiography about the ethnic and religious identity of Santa Cruz do Sul besides the socioeconomic profile of the Catholic and Lutheran populations. Finally, we recovered the results of the electoral dispute between the party associations with Catholic majority against the opponent of Lutheran majority in the local politics comparing with the hegemonic Republican Party Riograndense.

KEYWORDS: Santa Cruz do Sul, Cathólic, Lutheran, I Republic, Local History

¹ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). É Professor Adjunto da Universidade Federal do Amapá atuando nos seguintes cursos: Mestrado Profissional em História (Profhistória); Mestrado Acadêmico em História; Especialização em História e Historiografia da Amazônia; Curso de Licenciatura em História. É pesquisador do Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (Cepres) e do Grupo de Estudos Coloniais Amazônicos (Gescam). Atua nas seguintes áreas: História Moderna, Ensino de História Medieval e Moderna, História do Brasil Colonial, História da América Colonial, Metodologia da Pesquisa em História. Tem experiência em Imigração Alemã no Brasil, História Social das Elites, História local/regional, História do Amapá, na elaboração de Banco de Dados em História, Prosopografia e Paleografia.

Introdução

Esse trabalho por objetivo analisar as redes de relações estabelecidas entre católicos e luteranos numa comunidade de imigrantes alemães no sul do Brasil durante o período da I República (1889-1930). Nesse sentido pretendemos abordar essas experiências por meio dos aspectos étnico, político e econômico. A cidade de Santa Cruz do Sul, localizada a 200 km de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, foi formada pela política de imigração europeia na segunda metade do século XIX. As primeiras famílias germânicas migraram no ano de 1849 e estruturaram uma colônia especializada na produção agrícola familiar. Em menos de cem anos, essa comunidade se tornou uma das principais cidades do setor fumageiro no sul do Brasil².

Um ponto relevante para o processo de formação desta colônia, e que de alguma forma poderia impactar na formação da identidade local, foi o fato da Alemanha não constituir um Estado Nacional unificado em 1849³. Nesse caso, desde o século XVI os conflitos ocorridos após a reforma luterana dividiu os estados germânicos em duas áreas de litígio religioso⁴. Os estados do norte seguiram o protestantismo enquanto que os estados do sul mantiveram-se fiéis ao catolicismo com forte influência da Companhia de Jesus⁵. Essa condição contribuiu

² Sobre a industrialização do fumo em Santa Cruz do Sul, os trabalhos de Lilia Montali (1979) e Olgário Paulo Vogt (1997) contribuem para compreender a dinâmica econômica dessa comunidade e a importância do setor fumageiro para o desenvolvimento da cidade. Os autores defendem a tese de que a agricultura familiar foi ponto de partida para o desenvolvimento local. Montali realizou um estudo sociológico de Santa Cruz do Sul numa perspectiva semelhante ao de FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1976, dividindo a história da cidade em cinco etapas: agrícola, comercial, pré-industrial, industrial e monopolista. Vogt se debruça em entender a base desse processo, analisando o desenvolvimento da agricultura familiar através de um estudo sobre a produção fumageira, desde o plantio até sua comercialização, passando pelo beneficiamento da folha de fumo e a produção de cigarros.

³ A unificação da Alemanha só ocorreu em 1871 com a vitória sobre a França. Para entender todo o processo de construção da unidade nacional alemã o trabalho de KENT, George O. *Bismarck e seu tempo*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, permite entender os aspectos ideológicos que foram utilizados para legitimar o discurso do nacionalismo étnico alemão do século XIX.

⁴ Desde o rompimento com o Papa, promovida por Martinho Lutero, em 1517, e a formação das igrejas luteranas e calvinistas, a região que hoje compreende a Alemanha permaneceu dividida pela disputa entre protestantes e católicos que atrasou em quase três séculos seu projeto de unificação nacional.

⁵ Uma leitura mais profunda sobre as reformas religiosas ocorridas na Europa no século XVI é importante para compreender o processo de formação da Alemanha. O trabalho de DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989, permite entender o processo social da reforma protestante. Sobre a vinculação do capitalismo e as igrejas protestantes, a pesquisa de Max Weber (1981), reúne um estudo sobre a construção de uma ética empreendedora entre os protestantes na Europa e seu sucesso no meio empresarial. Em relação à reforma católica, o texto de MULLETT, Michael. *A Contra-Reforma e a Reforma Católica nos Princípios da Idade Moderna*. Lisboa: Gadiva, 1985, analisa as estratégias do catolicismo frente às mudanças ocorridas com a reforma protestante na Europa. As consequências desse processo foram traumáticas para a população dessa região, pois ocorreram diversos conflitos como a sangrenta Guerra dos 30 anos (1618-1648) que deixaram profundas feridas na sociedade alemã. A cicatrização dessa rivalidade só viria gradualmente, com a emergência do Iluminismo e a estruturação de um projeto de unidade nacional que seria posto em prática por Otto Von Bismarck a partir de 1865. O elemento de coesão estruturado pelo líder prussiano foi o nacionalismo

para que o processo de unidade nacional fosse instituído de maneira tardia, tendo em vista que o nacionalismo étnico emergiu de forma mais evidente na segunda metade do século XIX.

Os imigrantes alemães que fundaram a Colônia de Santa Cruz, no interior do Rio Grande do Sul, em 1849, não estavam plenamente integrados ao projeto de nacionalismo alemão que viria a ser posto em prática somente duas décadas depois. A memória predominante desse grupo ainda estava constituída na divisão entre católicos e luteranos. Prova desse processo foi a elaboração de um projeto cartográfico para a futura Vila de São João de Santa Cruz, sede urbana da colônia, em 1854, com a distribuição das quadras a partir da filiação religiosa, repetindo a mesma disposição espacial da Alemanha antes da unificação em que a parte norte ficaria alojada as famílias luteranas e a sul com as católicas.

A comunidade de imigrantes alemães que formaria Santa Cruz do Sul foi produto desse processo global de uma sociedade europeia em transição ao discurso coletivo de nacionalismo étnico em substituição ao conflito religioso que existiu desde a Reforma Luterana. A formação do nacionalismo étnico alemão foi produto do século XIX e ajudou legitimar seu projeto de unificação nacional⁶.

Luciana Costa Job (2003), procurou analisar a formação da identidade étnica alemã em Santa Cruz do Sul e como sua elite urbana utilizou para legitimar seu discurso sobre o processo de desenvolvimento econômico através de um suposto ethos germânico. Desde sua formação até a II Guerra Mundial foi possível perceber uma tentativa de “preservação” da cultura alemã entre os segmentos urbanos da cidade que se caracterizou através de uma imprensa local, a manutenção do alemão nos principais colégios além do seu uso como segundo idioma no espaço urbano e rural. Após a campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas, posta em prática na década de 1930, e a declaração de guerra feita pelo Brasil contra a Alemanha, em 1942, fizeram a elite local abandonar a manutenção dessa identidade sendo

étnico, fator que neutralizaria a histórica divergência entre protestantes do norte e católicos do sul. Para um estudo sobre as disputas entre católicos e protestantes nos estados alemães do século XVII, o texto de CARNEIRO, Henrique. Guerra dos 30 anos. IN: MAGNOLI, Demétrio (Org.). História das guerras. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 2006, pp. 163-188, serve como referência para entender os desdobramentos do pior conflito religioso da Europa Moderna.

⁶ O trabalho de ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, analisa a dinâmica dos discursos nacionalistas da Europa no século XIX. Outra referência sobre esse tema é de SMITH, Anthony D. A identidade nacional. Lisboa: Gradiva, 1997, que permite entender como o Estado se engajou no processo de construção dos símbolos dessa identidade nacional.

substituída pela valorização da cultura fumageira, em especial pela elite econômica predominantemente filiada ao luteranismo, considerada a mais rica da comunidade.

Nesse processo, procurando entender como se desenrolou as relações dessa elite germânica no sul do Brasil entre 1889 até 1930, o estudo de Silvana Krause (2002) buscou analisar a questão religiosa local. A autora abordou as relações entre católicos e luteranos, realizando um exaustivo levantamento social e econômico na tentativa de identificar até que ponto havia uma suposta ética protestante que permitiu aos luteranos obterem um nível maior de sucesso econômico e alavancar o desenvolvimento industrial da cidade.

A questão norteadora desse trabalho é analisar novos elementos que permitam entender quais os limites do discurso étnico e religioso desenvolvido pela elite urbana local no contexto da I República. Para tentar responder essa problemática, esse texto será dividido em três partes: a primeira abordará a historiografia que analisa a formação da identidade étnica e religiosa de Santa Cruz do Sul no século XX; a segunda fará uma caracterização da vida religiosa por meio da análise demográfica e o perfil socioeconômico de católicos e luteranos em Santa Cruz do Sul na I República; a terceira analisa a vida política do Município apoiado nos resultados eleitorais entre católicos, representados pelo Partido do Centro Católico, e luteranos, representados pelo Partido Liberal, na política local da I República. Além disso, o impacto do Partido Republicano Riograndense, de tendência anticlerical, nas duas agremiações com forte participação das respectivas igrejas da cidade.

1. A construção da identidade étnica e religiosa de Santa Cruz do Sul pela elite local: uma análise historiográfica

Fundada no ano de 1849, São João de Santa Cruz, localizada na parte norte do Município de Rio Pardo, era cem anos depois um dos principais polos industriais da economia gaúcha. Essa pequena comunidade criou condições para a formação de uma elite local regionalmente integrada. Esse grupo teve capacidade de obter reconhecimento nacional e produzir sua própria memória em caminhos que incluíram a origem étnica e o sucesso do fumo. Para essa elite local, a cultura étnica foi norteadora para explicar o desenvolvimento da cidade até o início da II Guerra. Olgário Vogt (1997) descreveu o perfil da comunidade ressaltando mobilizações coletivas de caráter cultural.

A sua marca principal foi a identidade germânica, visualizada na Festa da Imigração Alemã, na presença da imprensa alemã e na simpatia da comunidade pelos eventos históricos

da Alemanha: o processo de unificação (1871), as ideias nazistas e as vitórias em batalhas travadas nas duas guerras mundiais (1914-18 e 1939-45). Após 1945, foi possível observar um deslocamento desse discurso em torno do progresso econômico baseado na economia fumageira. Em 1942, o jornal *Kolonie*, editado em língua alemã, foi fechado. Em 1949, a Comissão da Festa da Imigração Alemã foi esvaziada.

Entre 1914 e 1945, a elite local consolidou empresas como a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A e a Caixa de Crédito Santa-Cruzensense, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A. Nesse contexto foi possível observar um interesse por parte desse grupo em tornar a cidade reconhecida como a “Capital Nacional do Fumo”. O embelezamento urbano foi uma das primeiras formas da transformação simbólica visualizada no uso da folha de fumo como modelo de uma nova identidade local. No lugar da Festa da Imigração foi criada a comissão da Festa Nacional do Fumo. Esse movimento tinha como objetivo consolidar a marca “Santa Cruz” como polo produtor de cigarros em detrimento dos símbolos étnicos anteriormente privilegiados.

Silvio Marcus de Souza Corrêa (2004) afirma que a substituição de uma festa marcada pela identidade étnica por uma vinculada ao progresso econômico entra na esteira de outras feiras locais, como a Festa da Uva e do Vinho em Caxias do Sul e a Feira Nacional do Calçado (FENAC) de Novo Hamburgo. Essas comunidades estavam se desprendendo do discurso étnico, tanto italiano quanto alemão, para valorizar sua identidade local assentada no principal produto de sua economia.

Para Luciana da Costa Job (2003), a identidade étnica articulada ao sucesso empresarial da economia fumageira foi um forte elemento de inserção política e empresarial local. Uma das marcas da cultura política de Santa Cruz do Sul é o predomínio dos teuto-descendentes na vida política. Com base nas pesquisas de João Pedro Schmidt (2004a), podemos constatar que cerca de 75% da elite política local, ao longo dos seus 120 anos de história política, era composta de descendentes de famílias alemãs, tanto no poder executivo quanto no legislativo: “Desse modo, mais do que preconceito racial, o predomínio numérico dos teuto-descendentes nos cargos políticos pode ser interpretado como consequência do espaço que ocupavam na vida social, cultural e econômica do município” (Schmidt, 2004c, p. 03).

No estudo prosopográfico dos principais empresários de Andrius Estevam Noronha (2012) foi possível identificar a existência desse componente étnico. Porém ressaltamos que o

interesse econômico foi a espinha dorsal na medida em que articulava as unidades familiares, a população urbana e lideranças políticas e empresariais, produzindo a identidade teuto-brasileira. Esses elementos poderiam contribuir para o entendimento do sucesso empresarial local, mas não se pode ignorar a forte integração com atores sociais diversificados que foram agregados à comunidade ao longo do processo de industrialização (1919-1966).

As pesquisas de Krause, Schmidt e Job permitem assegurar que a maioria da elite de Santa Cruz do Sul na I República foi de descendência germânica, o que poderia induzir a pesquisa a ingressar no diletante argumento do sucesso étnico. Essa tese é muito comum nas memórias de localidades. A rede que possibilitou a formação desse segmento não poderia estar associada exclusivamente ao componente étnico, embora este pudesse ter contribuído para ela. Vamos utilizar razões políticas e econômicas que rechaçam essa perspectiva.

Na política local ocorreu a inserção de vários profissionais de Estado. Na medida em que a cidade crescia, observou-se a transferência de oficiais da Brigada Militar e Exército; gerentes de bancos estatais e privados; interventores, delegados, promotores e magistrados. A maioria desse corpo burocrático foi de descendência lusa. Ao longo do século XX, essas pessoas estabeleceram uma complexa relação matrimonial, empresarial e política com a elite local. Ressaltamos que a ampliação da administração estadual e federal na cidade contribuiu para que novas famílias fossem agregadas ao topo da pirâmide. Essa elite política e burocrática foi transferida na I República pelo governo estadual via Partido Republicano Riograndense (1889-1930) e ampliada no governo federal de Getúlio Vargas (1930-1945).

Na economia, a fundação da Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, em 1918, foi encorajada pela inserção da anglo-americana British American Tobacco na cidade, em 1917, que trouxe administradores, técnicos e operários qualificados de várias cidades do país e até mesmo da Inglaterra e dos EUA. A Caixa Cooperativa de Crédito Santa-Cruzense Ltda., que evoluiria para o Banco Agrícola Mercantil Ltda. e depois S/A, recrutou técnicos especializados para gerência e administração. Foram, na maioria, oriundos de Porto Alegre. Esse nível de complexidade da gestão empresarial neutraliza o argumento da homogeneidade étnica da elite local. O fator germânico não explica o sucesso dessas empresas.

No meio empresarial, o sucesso do setor fumageiro contribuiu para a formação dessa elite, mas não foi determinante. Optamos por rejeitar o estudo exclusivo da elite ligada a esse setor, pois deixaria de fora vários integrantes dela ligados ao comércio, finanças e governo que foram peça fundamental para a consolidação de uma rede social que os colocava em

posição distinta na comunidade. Analisando a história social de Santa Cruz do Sul, identificamos um elemento que consideramos relevante para explicar a dinâmica desta elite local em sua rede social: o fator religioso. Com base nos levantamentos sobre a composição religiosa até 1930 que conseguimos reunir, apoiados principalmente na pesquisa de Silvana Krause (2002), destacamos que a maioria da população de Santa Cruz do Sul foi católica.

Os dados sobre esse elemento indicam equilíbrio até 1930, oscilando numa faixa aproximada de 55% de católicos e 45% de luteranos, com tendência de crescimento dos católicos nas décadas seguintes. Noronha (2012) analisa esse aspecto no final do primeiro capítulo de sua tese. Poderíamos demonstrar a forte tradição católica na cidade através dos símbolos construídos localmente: a Catedral São João Baptista, a mais alta igreja em estilo gótico da América Latina, e o Hospital Santa Cruz, fundado pelos padres franciscanos, foi referência local em saúde na primeira metade do século XX. Vale destacar que os protestantes inauguraram o Hospital Ana Nery no final da década de 1950. Na educação, o Colégio Marista São Luis e o Sagrado Coração de Jesus possuíam, relativamente, o mesmo tamanho e número vagas do Colégio Sinodal (luterano). Os cemitérios católicos também são maioria no perímetro urbano e nas localidades do interior.

Silvana Krause (2002) reforçou a mesma conclusão: os católicos são maioria em Santa Cruz do Sul. Mas a autora mergulhou no universo da classe dominante local e encontrou outra tendência: uma hegemonia por parte dos luteranos na economia e política na I República (1889-1930). Sua pesquisa procurou explicar o sucesso econômico da elite local a partir da tese de Max Weber (1981) sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Em todos os universos levantados pela autora, há um predomínio de aproximadamente 75% de empresários e políticos de religião luterana. Para comprovar essa tese, Krause realizou uma exaustiva pesquisa social fundamentada em relatórios das mais variadas instituições que reuniram, ao longo do século XIX e na primeira metade do XX, dados sobre a filiação religiosa no meio rural, empresarial e político do município.

O meio rural foi o primeiro universo de análise. Como uma parte importante da elite local ascendeu dessa base, a autora fez um levantamento da qualidade dos lotes de terra recebidos pelas famílias de agricultores desde a formação da localidade. Com base nos relatórios do diretor Carlos Trein Filho⁷, as terras foram divididas em quatro categorias: inferiores, médias, mistas e boas. A problemática da autora foi detectar uma suposta vantagem

⁷ Relatório do Diretor Carlos Trein Filho de 1880 disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fundo Colonização, estante 288.

na distribuição dos melhores lotes para os protestantes, o que teria contribuído para sua hegemonia como grupo dominante. Os resultados não apontavam essa tendência. Havia um equilíbrio proporcional entre católicos e protestantes na distribuição dos lotes em relação à qualidade.

O meio empresarial foi o segundo universo de análise. Foi nesse ponto que a autora encontrou diferenças. Krause procurou utilizar uma base populacional diversificada, objetivando alcançar resultados com relativa segurança, pois o levantamento exato da filiação religiosa da elite econômica da cidade seria impossível de construir. A composição dessa base foi formada por duas reportagens publicadas no jornal *Kolonie*⁸ sobre a “indústria local”. A primeira, de 21/05/1892, apontava 14 estabelecimentos industriais: dos integrantes desse grupo 10 (71%) eram luteranos, 3 (21%) eram católicos e 1 (7%) era misto. A segunda, de 01/06/1895, apontava 14 estabelecimentos industriais: dos integrantes desse grupo 9 (64%) eram luteranos e 5 (36%) eram católicos.

Krause inovou ao cruzar a religião com a medida de potência em cavalos-vapor HP: *horse-power* das empresas. As somas totais dos dois universos empresariais apontam uma capacidade energética de 67 HP. Os luteranos controlavam 49 HP e os católicos 18 HP. Nas localidades do interior, a autora encontrou a mesma tendência. Nas 12 localidades foi encontrada uma proporção que variou entre 60% e 80% de empresários luteranos e entre 20% e 40% de católicos. Vale destacar que na maioria das localidades os católicos também foram numericamente superiores. Das 13 localidades, apenas em duas os luteranos foram maioria. Mas em nenhuma havia uma supremacia católica no meio empresarial.

O meio político foi o terceiro universo de análise. Nesse ponto Krause utilizou uma estratégia metodológica mais complexa, que não restringiu aos dados estatísticos da proporção entre políticos luteranos e católicos. Esse ponto mereceu algumas ressalvas. No Império a religião católica foi oficial. Isso dificultava a participação dos protestantes na vida política. Após a promulgação da lei Saraiva, essa situação mudou e favoreceu a incorporação de não-católicos no jogo político. Na República, as comunidades protestantes obtiveram duas vantagens: em primeiro lugar, estava consolidada a separação entre Igreja e Estado, redimensionando o poder barganha dos católicos; em segundo, a nova constituição de 1891 passou a privilegiar a escolaridade em detrimento da renda. Isso deu uma vantagem expressiva aos luteranos, pois eles tinham um percentual de alfabetizados maior em relação

⁸ O acervo do Jornal *Kolonie* está disponível no Centro de Memória da Universidade de Santa Cruz do Sul. Fundo Jornais e Periódicos.

aos católicos. Para Krause, o poder econômico dos luteranos foi mais um fator que contribuiu para a consolidação de sua liderança política na escala local.

Esses três meios mensurados por Silvana Krause (rural, econômico e político) provariam que havia uma suposta “ética protestante” no sucesso da elite de Santa Cruz do Sul. Porém a esta tese se poderia contrapor o argumento de que o sucesso empresarial também ocorria em comunidades de imigrantes exclusivamente católicos, como em Caxias do Sul, fundada em 1875, 25 anos depois que Santa Cruz do Sul, em condições territoriais muito piores. O sucesso econômico de sua elite, constituída por imigrantes italianos majoritariamente católicos, não seria explicado pelo fator religioso, pois esse grupo enriqueceu a uma velocidade maior que o de Santa Cruz do Sul. A cidade de Caxias do Sul, na virada do século XX, já era um dos principais polos econômicos do Rio Grande do Sul.

A hipótese que lançamos para explicar o sucesso da elite local está centrada na rede social articulada em múltiplos espaços relacionais. O segmento luterano conseguiu montar estratégias diversificadas para legitimar e manter seu prestígio na área empresarial e política. O luteranismo poderia contribuir para isso, mas não seria determinante, pois numa sociedade com predomínio católico, como a do Brasil e do Rio Grande do Sul, a presença dos evangélicos em colônias alemãs poderia sugerir um “teto” na capacidade de negociação em escala regional/nacional na medida em que empresários e políticos luteranos ascendiam socialmente e, portanto, passavam a postular sua entrada em novos e importantes espaços de negociação e atuação política.

Neste processo, Noronha (2012) procurou identificar a rede relacional que contribuiu para a formação da elite econômica de Santa Cruz do Sul. O elemento-chave da análise do autor consistiu em identificar a capacidade desse segmento, majoritariamente luterano, em mobilizar capital social que o colocava em situação de comando e prestígio numa sociedade hegemonicamente católica. Uma análise demográfica e do perfil social dessa comunidade ao longo da I República contribuiria para entender como os luteranos estabelecerem uma hegemonia econômica em Santa Cruz do Sul.

2. A caracterização da vida religiosa na I República: análise demográfica e o perfil socioeconômico de católicos e luteranos em Santa Cruz do Sul

Nos anos 1950, uma vez um jesuíta rasgou um cartaz do filme “Os Amantes”, exposto na frente da Farmácia Evers, cujo dono também era o proprietário do

Cinema Apolo. No cartaz aparecia despida a atriz Hedy Lamarr, mergulhando discretamente nas águas de um rio. A história, contada pelo jornalista Sérgio Dillenburg (O Eco, set/1993), ganhou grande repercussão na época e chegou a dividir a cidade. O resultado dessa severidade foi que a parte católica, ao sul, cresceu mais do ponto de vista vegetativo, porque a multiplicação do rebanho era outro mandamento seguido à risca. Mas os pulmões sociais, econômicos e políticos da cidade foram sendo estabelecidos na metade protestante, ao norte, tendência que se manteve durante muito tempo como característica urbana (KUHN, 2007, p. 39).

Essa citação de Guido Ernani Kuhn (2007) caracteriza a evolução urbana de Santa Cruz do Sul apontando elementos referentes à distinção entre dois grupos atuantes no espaço local: católicos e luteranos, que herdaram seus terrenos no projeto que constituiria a planta da cidade. A elaboração de um plano-piloto teve início em 1854, através de estudos do Tenente da Armada Imperial Engenheiro Francisco Cândido de Castro Menezes, que elaborou um pré-projeto que serviria como sede da vila na Colônia de Santa Cruz, fundada cinco anos antes.

Após a realização de vários estudos e a consolidação econômica e política local, ficou estabelecido o modelo sugerido pelo tenente como a versão definitiva do zoneamento urbano da Vila de Santa Cruz. Em 1885, a Câmara local aprovou o mapa. Nessa estrutura, foi possível perceber que havia uma preocupação de separar as quadras pela filiação religiosa. Os católicos ficariam com os lotes mais ao sul, enquanto que os luteranos ficariam na parte norte, com uma linha divisória simbolizada pela atual Rua Júlio de Castilhos, conhecida na época como Rua Imperial.

Ao sul dessa linha foram construídas todas as edificações institucionais que seriam dirigidas pela comunidade filiada à religião católica, como a igreja católica, construída no ponto mais elevado do povoado, em 1861; o Colégio Marista São Luís que seria construído pelos Irmãos Maristas, em 1871; o Colégio Sagrado Coração de Jesus, que seria construído pelas freiras ao lado da igreja católica, em 1874; o Cemitério Católico, localizado na parte externa da zona sul, e, mais tarde, o Hospital Santa Cruz, inaugurado em 1908 pelos padres franciscanos. Vale destacar que o clube Aliança Católica foi construído ao lado da igreja e servia como um salão paroquial onde a comunidade católica se reunia para as quermesses e almoços coletivos feitas em fogão a lenha aos domingos. Ao redor desses quarteirões da zona sul foi se estabelecendo a população católica, que passou a construir suas residências e casas comerciais.

Na parte norte da vila estavam localizadas as instituições que seriam dirigidas pela comunidade luterana, como a igreja evangélica, que seria inaugurada em 1867; o Colégio Sinodal, em 1870; a loja maçônica, sociedade secreta proscrita pelos católicos com maciça

participação dos luteranos; o jornal *Kolonie*, a Intendência Municipal, o Fórum, o Clube União, o Cinema Apolo e o Tênis Clube Santa Cruz; as empresas Banco Agrícola Mercantil, a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A, Exportadora Hennig S/A, Banco da Província e Farmácia Evers. Esse grupo de instituições já indicava que o lado mais rico e dinâmico da cidade estava entre a elite urbana filiada ao luteranismo. Além dessas, vale destacar que a sede da Associação Comercial e Industrial e do Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo) foi construída nas quadras da zona norte.

Mesmo com esse potencial, Kuhn destaca que no início da colonização os luteranos eram proibidos de construir torres em suas igrejas; mesmo assim, em 1878, na expectativa de que o governo imperial faria “vista grossa” para o prédio, decidiram erguer uma torre, que foi inaugurada naquele ano, sendo considerada por eles a primeira igreja evangélica com torre em todo o Brasil. O ponto de aproximação entre católicos e luteranos consistiu na mobilização para a compra do relógio que seria instalado na torre da igreja católica, no valor de Rs. 4.000\$000 (quatro contos de réis). Os católicos haviam iniciado o movimento, mas não conseguiram juntar a quantia necessária para a compra e instalação do equipamento. Nesse processo, solicitaram a ajuda dos luteranos, que prontamente aderiram, tendo em vista o interesse público no desenvolvimento do comércio urbano da vila.

O ponto de cisão foi registrado quando da construção das novas igrejas na década de 1920 e 1930. Com o aumento da população, elas precisavam de ampliação para atender as duas comunidades que estavam crescendo. Em 1924 os luteranos inauguraram sua igreja, maior que a católica, mostrando à comunidade o nível de prosperidade de uma elite urbana que controlava a Companhia de Fumos Santa Cruz S/A e integrava 90% dos acionistas da Caixa de Crédito Santa-Cruzensense, futuro Banco Agrícola Mercantil S/A; aliás, no terreno da antiga igreja, que seria demolida, seria a nova sede desse banco local.

Os católicos estavam com planos de construir uma igreja maior, mas contavam com recursos menores e um projeto mais modesto. Tendo em vista o crescimento progressivo dos católicos na comunidade e a parceria firmada entre a elite local filiada ao catolicismo, foi articulada com a Arquidiocese de Porto Alegre uma negociação direta com Roma para a construção de uma igreja maior que a prevista no projeto anteriormente apresentado. A sede da Companhia de Jesus aprovou o aumento das verbas para a construção de uma catedral em parceria com a comunidade católica local. Segundo uma versão popular, essa construção teria contribuído para a decadência econômica da elite empresarial ligada ao catolicismo, pois

deslocou parte de seus recursos para a construção do imponente templo, que seria concluído em 1935.

Reestruturamos todas as informações referentes ao perfil demográfico e socioeconômico sobre Santa Cruz do Sul na época da I República levantadas por Silvana Krause para um estudo comparativo das condições de riqueza entre católicos e luteranos. Partimos de várias amostras reunidas pela autora e constatamos que havia um predomínio católico, com uma média de 55% e com tendência ao crescimento, enquanto que os luteranos representavam uma média de 45%, com tendência à queda ao longo do século XX. A partir de 1966 o percentual de católicos foi bruscamente ampliado, tendo em vista o ingresso de inúmeros trabalhadores que migraram de cidades com predomínio católico e lusitano, como Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Caçapava, São Sepé e outras, para trabalhar na indústria fumageira, ocupando os bairros da zona sul.

Silvana Krause reuniu os levantamentos estatísticos realizados pela administração local em diferentes momentos sobre a filiação religiosa da população de Santa Cruz desde a formação da colônia. Embora o resultado não represente o quadro concreto, visto que os procedimentos metodológicos não eram confiáveis para a época, podemos visualizar na tabela abaixo o conjunto de dados que correspondem aos resultados de amostras realizadas entre 1849 e 1900 com notas explicativas quanto às fontes de informações levantadas por Krause:

Tabela 1 – Tendência da população católica e luterana de Santa Cruz do Sul entre 1849-1900⁹.

	1849	1850	1851	1856	1866	1870	1890	1891	1900
Católicos	7	21	86	566	2403	1619	661	8502	13078
Luteranos	5	52	88	664	2391	2221	487	7049	9962

Tabela elaborada pelo autor com base no capítulo 4.2 de Krause (2002, p. 168-169) referente ao conjunto de informações coletadas pela autora em cada ano¹⁰.

⁹ Na tese de doutorado de Noronha (2012, p.112) consta o Gráfico 06 – Tendência da população católica e protestante de Santa Cruz do Sul entre 1849-1900, que ilustra os dados levantados por Krause.

¹⁰ Fontes utilizadas por Silvana Krause (2002) para analisar a filiação religiosa de Santa Cruz do Sul nos anos de 1849, 1850, 1851, 1856, 1866, 1870, 1890, 1891 e 1900:

1849: Relatório da Colônia. In: MARTIN, H. E. Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia – 1849-1859. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Museu Bernardi D'Apremont, APESC, Associação Pró-Ensino em Santa Cruz, 1979;

1850: Relatório de João Martinho Buff – Diretor da Colônia de Santa Cruz. In: MARTIN, 1979;

1851: Ibidem;

1856: Ibidem;

1866: Relatório de Koseritz – Relatório da Administração Central das Colônias da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignólio Marcondes de Mello, Digníssimo Presidente da Mesma Província, pelo Agente Intérprete da Colonização Carlos de Koseritz. Proto Alegre: Typografia do Jornal do Comércio, 1867 (Disponível no Arquivo Público do Rio Grande do Sul);

É possível observar uma tendência de equilíbrio entre a população católica e luterana, com leve maioria para o primeiro grupo até o início do século XX. João Bittencourt de Menezes (2005) destaca o recenseamento realizado em 1900, pois foi feito em bases metodológicas mais concretas, em comparação com as que foram realizadas anteriormente, apontando uma população de 25 mil habitantes. O número das pessoas que declararam a filiação religiosa foi de 23.040 habitantes, sendo que havia 13.078 católicos e 9.962 protestantes, o que representa um percentual de 56,76% de católicos e 43,23% de protestantes. No contexto da I República, Silvana Krause faz referência ao relatório feito pela Arquidiocese de Porto Alegre entre os anos de 1913 e 1929 que trazia informações sobre o percentual da população católica e acatólica do município. Esse documento reúne os dados anuais referentes à população local e sua filiação religiosa. Embora não contenham números totais, permitem observar uma tendência de crescimento da população católica com o passar dos anos. A tabela abaixo é ilustrativo disso:

1870: Relatório do agente Lothar de La Rue. In: PELLANDA, E. A colonização germânica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1925;

1890: Comunidade Evangélica de Santa Cruz do Sul. 100 Anos 1862-1962. Sínodo Rio-Grandense – Federação Sinodal – Confederação Evangélica do Brasil. Conselho Nacional das Igrejas (Disponível no Centro de Memória da Universidade de Santa Cruz do Sul);

1891: Jornal Kolonie, 21/02/1891 (Disponível no Centro de Memória da Universidade de Santa Cruz do Sul);

1900: Menezes (2005), dados censitários de Santa Cruz do Sul de 31 de dezembro de 1900.

Tabela 2 – Percentual da população católica e acatólica de Santa Cruz do Sul: tendência encontrada entre 1913-1929 segundo dados do Relatório Paroquial da Arquidiocese de Porto Alegre

Ano	População	Católicos	Acatólicos
1913	35 mil habitantes	57%	43%
1914	31 mil habitantes	52%	48%
1915	33 mil habitantes	55%	45%
1916	33 mil habitantes	52%	48%
1917	36 mil habitantes	64%	36%
1918	33 mil habitantes	62%	38%
1919	33 mil habitantes	57%	43%
1920	36 mil habitantes	55%	45%
1921	35 mil habitantes	54%	36%
1922	35 mil habitantes	54%	46%
1923	30 mil habitantes	65%	35%
1924	33 mil habitantes	49%	51%
1925	40 mil habitantes	57%	43%
1926	43 mil habitantes	58%	42%
1927	43 mil habitantes	59%	41%
1928	44 mil habitantes	60%	40%
1929	45 mil habitantes	60%	40%

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Krause, 2002, p. 170

Vale destacar que, se excluirmos os resultados de 1920 até 1924, quando os dados coletados foram considerados imprecisos pelo próprio documento, fica evidente que a curva de crescimento dos católicos tendia a se afastar da curva da população luterana.

Em relação ao perfil socioeconômico cruzado com a filiação religiosa em Santa Cruz do Sul no contexto da I República, Krause procurou identificar variáveis que pudesse sugerir a existência ou não de distinção entre católicos e luteranos. Em relação ao procedimento metodológico, a autora procurou analisar a qualidade dos lotes recebidos pelos católicos e protestantes no meio rural sistematizando informações de 713 propriedades de terra que foram distribuídos aos imigrantes alemães que vieram se estabelecer em Santa Cruz do Sul.

Para isso, a autora reuniu informações sobre o levantamento realizado por Carlos Trein Filho entre os anos de 1876 e 1880, com o objetivo de juntar dados sobre a situação da divisão de terras entre os colonos de Santa Cruz, tendo os 713 lotes como o corpus delimitador da pesquisa. Krause aponta que o início desse “censo rural” ocorreu 30 anos após a fundação da colônia e foi baseado no mapa disponível ao primeiro diretor da Colônia, João

Matinho Buff, que administrou a distribuição dos lotes aos imigrantes que chegaram a partir de 1859¹¹.

Com base nesse relatório, Silvana Krause passou a verificar a religião das famílias de acordo com os lotes e cruzou informações referentes à qualidade indicada pelo “censo” de Carlos Trein Filho. Em relação à distribuição das 713 propriedades rurais, a autora identificou 194 católicos (27%), 417 luteranos (59%) e 15 mistos (2%).

O nível de qualidade dos lotes de acordo com a religião foi o primeiro campo de análise sendo atribuída a seguinte classificação: terra inferior, terra média, terra boa e terra mista. Em relação à qualidade das terras classificadas como **inferior**, foram encontrados 23 lotes para católicos (ou 11,8% de 194); 54 lotes para luteranos (ou 12,9% de 417); quatro lotes para os filiados à religião mista (ou 26% de 15). Em relação à qualidade das terras classificadas como **média**, encontramos 56 lotes para os católicos (ou 28,8% de 194), 87 lotes para os luteranos (ou 20,8% de 417) e um valor insignificante para os filiados à religião mista. Em relação à qualidade de terras classificadas como **boa**, foram encontrados 112 lotes distribuídos aos católicos (ou 57,7% de 194), 268 lotes distribuídos entre os luteranos (ou 64,2% de 417) e sete distribuídos entre as famílias de religião mista (ou 46,6% de 15). As terras classificadas como mistas foram apenas dois lotes para os católicos e quatro para luteranos, conforme o gráfico é ilustrado no Gráfico 1.

¹¹ Os mapas estão disponíveis nos anexos C e D no trabalho de Noronha (2012, p. 359-360).

Gráfico 01 – Qualidade dos lotes distribuídos pela filiação religiosa na Colônia de São João de Santa Cruz. N=713 (sendo N católico=194; N protestante=417; N mista=15)

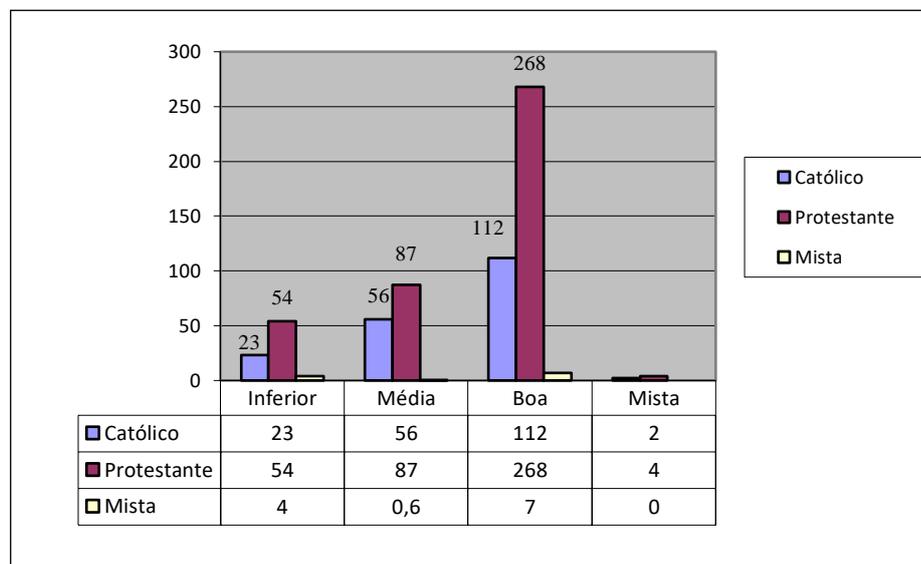


Gráfico elaborado pelo autor com base na Tabela 2 de Krause, 2002, p. 165.

Em relação ao nível de concentração fundiária, Krause constatou que os lotes de 20 até 40 hectares estavam distribuídos nessa proporção: 52 para católicos (26%), 96 para luteranos (23%) e quatro para os de religião mista (26,6%); nos lotes entre 40 e 60 hectares, encontramos a seguinte proporção: 49 para católicos (25,2%), 157 para luteranos (37,6%) e quatro para religiões mistas (26,6%); nos lotes entre 60 e 80 hectares, encontramos essa proporção: 37 para católicos (19%) e 67 para luteranos (16%). O gráfico 2 é ilustrativo.

Gráfico 02 – Lotes pelo número de hectares distribuídos pela filiação religiosa de Santa Cruz. N=713 (sendo N católico=194; N protestante=417; N mista=15)

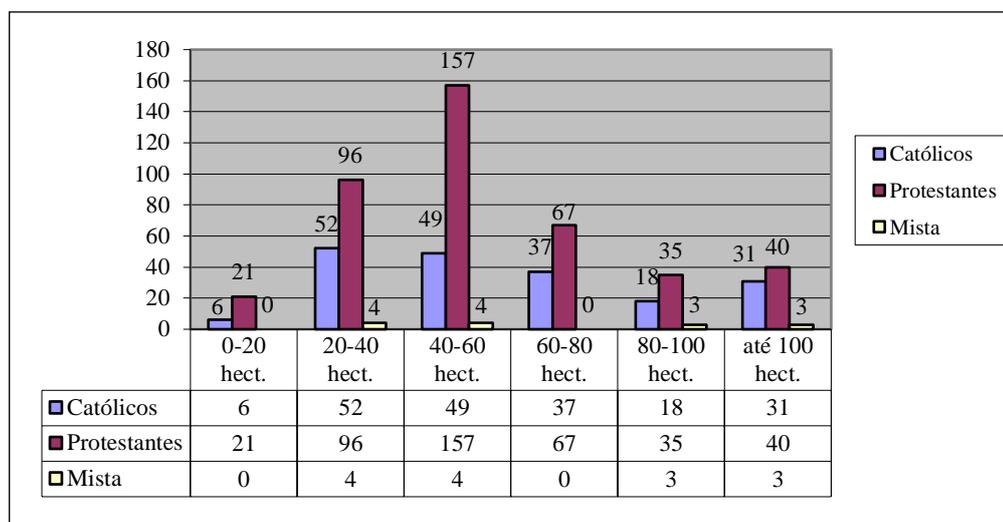


Gráfico elaborado pelo autor com base na Tabela 2 de Krause, 2002, p. 166

Os resultados até aqui mostram que os luteranos foram maioria entre os proprietários de terras na Colônia de Santa Cruz. Mas, medindo alguns elementos que possibilitem avaliar uma suposta vantagem dos luteranos em relação aos católicos visualizamos as famílias com esposa viúva com mais de 40 anos e proprietárias de estabelecimentos agrícolas cruzadas pelo número médio de filhos e pela filiação religiosa. Krause constatou que as famílias luteranas com até quatro filhos estavam representadas em 30% dos 417 casos analisados. Os católicos possuíam mais famílias com nove filhos ou mais, em comparação com os luteranos, e tendiam a aumentar sua prole, confirmando assim a tese defendida por Guido Kuhn.

Em relação à capacidade de produção de riqueza e análise da potencialidade da dinâmica empresarial dos pequenos agricultores, Krause reuniu e sistematizou o valor agregado das benfeitorias com o perfil profissional das pessoas que ocuparam os 713 estabelecimentos rurais. O cálculo do percentual proporcional de cada religião pelo valor da benfeitoria permitiu observar que não ocorreu diferença entre os proprietários que possuíam valor de 0-1.000 (de zero até um conto de réis) e os que possuíam valor de 1.000-2.000 (de um conto até dois contos de réis), pois a média dos primeiros foi de 50% para as três religiões enquanto que a média para os segundos oscilou entre 25% e 29% para as três. No entanto, foi observada uma leve tendência de riqueza em algumas propriedades que foram ocupadas por famílias luteranas. O gráfico 3 é ilustrativo.

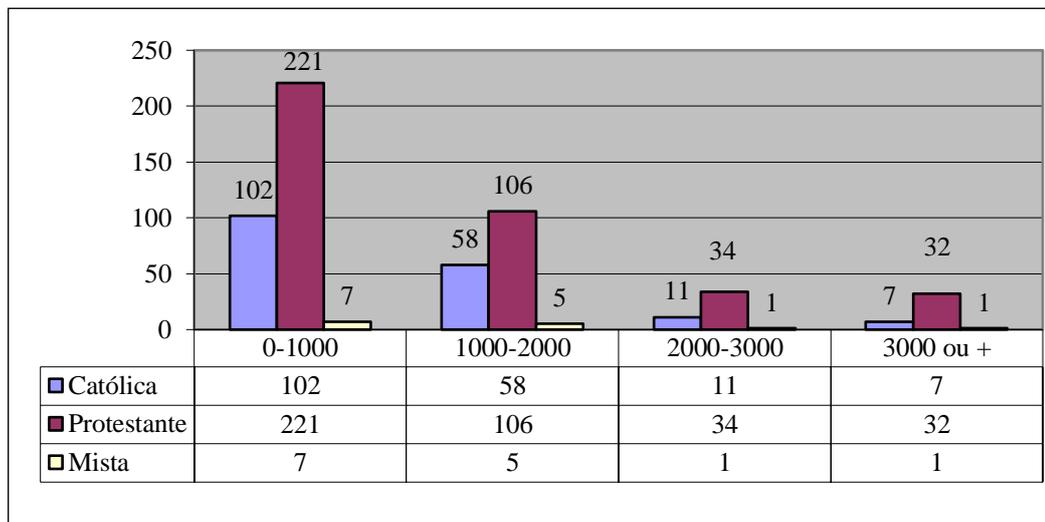
Gráfico 03 – Valor em Benfeitorias por filiação religiosa. N=713


Gráfico elaborado pelo autor com base na Tabela 5 de Krause, 2002, p. 166

Excluindo o grupo de religião mista, do qual foi encontrado apenas um caso, para os valores de 2.000-3.000 (dois a três contos de réis) foram encontrados 34 luteranos (proporção de 8,15% dos 417) e 11 católicos (proporção de 5,6% dos 194). Quando analisamos os imóveis com valores superiores a 3.000 (três contos de réis), a diferença entre luteranos e católicos aumentou: 32 para os primeiros (7,6% do total de 417) e sete para os segundos (3,6% dos 194), o que permite observar uma tendência de concentração de imóveis com valores superiores a 2 contos de réis em um grupo de 66 famílias luteranas, e apenas 18 imóveis com esse valor estavam nas mãos de proprietários católicos.

Se fossemos estabelecer uma “elite de pequenos agricultores” com a soma dos dois universos que tinham propriedades de valores superiores a 2 contos de réis, teremos um quadro de análise constituído por 84 famílias e podemos observar que havia 21% de católicos e 79% de luteranos. Em relação ao dinamismo empresarial das famílias agrícolas que foram estudadas por Krause, observou-se uma tendência hegemônica dos luteranos em ingressar em profissões de caráter empresarial. A autora identificou uma oscilação de 89% e 90% de profissões voltadas para a agricultura entre os chefes de famílias distribuídos nas três religiões. Mas observou-se que havia dentro desse grupo um potencial de investimento no comércio em 10 de seus integrantes, todos filiados ao luteranismo (o que representaria 2,3% dos 417), e nenhum católico, segundo o relatório de Carlos Trein Filho.

A tendência era de crescimento progressivo da população católica, que se consolidaria por dois fatores: o primeiro, pelo crescimento econômico do Município, que passou a receber trabalhadores vindos de cidades luso-católicas como Rio Pardo, Encruzilhada, Caçapava, Sobradinho, entre outras, para trabalharem na indústria fumageira; o segundo, pela tendência de controle da natalidade entre os integrantes da classe média tanto urbana quanto rural filiada ao luteranismo. Um exame da vida política entre católicos e luteranos na I República em Santa Cruz do Sul, já desenvolvido por Krause (2002), e agora apoiado em outras informações como o banco e dados eleitorais, permite observar a perda de força da rivalidade entre as igrejas no período republicano.

3. A vida política na I República em Santa Cruz do Sul: o crescimento do Partido Republicano Riograndense na disputa entre católicos e luteranos

A participação política da elite luterana de Santa Cruz do Sul até a proclamação da República sempre foi problemática. Mesmo com o crescimento econômico da vila e a emergência de uma elite comercial e industrial, esse segmento esbarrava no obstáculo religioso para consolidar sua inserção política. No período da I República, os empresários luteranos de Santa Cruz do Sul viviam num espaço local de relativa maioria católica, com uma média de 55% de católicos para 45% de luteranos, com pouca variação, inseridos num espaço regional e nacional com mais de 90% da população católica. Para Krause (2002, p. 175), “os imigrantes e colonos alemães filiados à religião luterana, em especial no período imperial, eram vistos como um perigo à fé católica professada pelo estado”. Nesse contexto intensificou-se o engajamento dos imigrantes alemães luteranos para ampliar seu espaço de atuação no campo político. Os evangélicos das regiões de colonização encontraram no Partido Liberal alguns políticos que defendiam os acatólicos, como Gaspar Silveira Martins e Carl von Koseritz.

Krause observou que durante o Império ocorreu uma articulação entre setores do PL e as lideranças políticas e empresariais da cidade através do canal de negociação estabelecido entre os integrantes da Loja Lessing, ligados à maçonaria e majoritariamente luteranos. Esse contato permitiu a projeção do Major Frederico Guilherme Bartholomay à política regional, pois ele foi o primeiro deputado provincial eleito por Santa Cruz do Sul.

A proclamação da República mudou radicalmente a relação entre a elite política luterana e o Estado brasileiro, pois a separação entre a igreja e o Estado permitiu ampliar o

peso político desse segmento. Vale destacar que esse grupo se beneficiava, de um lado, pelo nível de escolaridade de sua população e, por outro, pela emergência de uma classe média urbana e industrial.

A reação dos católicos com a separação promovida pela República entre igreja e Estado se deu através da articulação de um partido que unisse esse grupo em torno de interesses comuns. Em maio de 1890, os jesuítas gaúchos fundaram o Partido do Centro Católico, antes da promulgação da nova constituição republicana que entraria em vigor após 1891. No entanto, essa agremiação teve vida curta, pois os jesuítas superestimaram o apoio que receberiam dos pecuaristas católicos da metade sul e dos empresários católicos das regiões de colonização, principalmente italiana. Isso ocorreu justamente pela própria identidade existente entre a igreja e o império, fazendo com que a elite agrária católica e comerciantes da mesma religião aderissem ao PRR, o que ocorreu na cidade de Santa Cruz a partir de 1900.

Noronha (2012, p. 91) reuniu no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul as votações de 1891, 1896, 1897 e 1900 para os cargos de âmbito local na disputa envolvendo o Partido Republicano Riograndense e o Partido do Centro Católico. Analisando a dinâmica dessas duas agremiações entre 1891 até e 1900, percebemos que o PRR oscilou de maneira mais intensa, chegando numa mesma eleição, a de 1896, a ter 66% de votos para seus vereadores e 23,20% para intendente. O Centro Católico manteve uma relativa estabilidade, pois conseguiu reunir, nos seus nove anos de atuação, um eleitorado convicto até sua extinção em 1900, sendo cooptado pelo PRR, que se beneficiaria na disputa eleitoral com o Partido Liberal (que nessa época era o Federalista, mas manteve-se registrado no banco de dados eleitorais de Santa Cruz como PL, em sua maioria luteranos) nas eleições de 1897, quando alcançaria mais de 80% dos votos, num contexto em que o PRR estava cooptando lideranças católicas e protestantes da cidade¹².

Tabela 3 – Relatório eleitoral comparado entre o PRR e o PCC

Partido: PRR				Partido: PCC			
Ano	Cargo	Votação	Porcentagem	Ano	Cargo	Votação	Porcentagem
1891	Vereador	1720	43.29%	1891	Vereador	1687	42.46%
1896	Vereador	563	66.16%	1896	Vereador	288	33.84%
1896	Intendente	217	23,20%	1896	Intendente	321	14,59%

¹² Para maiores informações consultar a Tabela 2 – Relatório eleitoral comparado entre o PRR e o PCC e o Gráfico 02 – Desempenho eleitoral do PRR e do PCC em Santa Cruz (1891-1900) em Noronha (2012, p. 91 e 92) que ilustram a dinâmica eleitoral entre as duas agremiações. Lançamos mão do Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul.

1897	Vereador	205	37.82%	1897	Vereador	117	21.59%
1897	Intendente	474	80.75%	1897	Intendente	113	19.25%
1900	Vereador	293	30.36%	1900	Vereador	238	24.66%
1900	Intendente	1021	50.62%	1900	Intendente	996	49.38%

Tabela elaborada pelo autor com base no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul

Krause (2002) afirma que a elite local procurava estabelecer uma relação de autonomia frente ao Partido Republicano Rio-Grandense. Com isso, visava garantir cargos para seus representantes sem uma adesão incondicional. Mesmo assim, as relações entre PRR e a elite de Santa Cruz do Sul foram tensas, o que permite observar uma cautela desse segmento em abandonar as agremiações ligadas aos Federalistas (antigo PL) e o PCC no período da I República.

Entendemos que o PRR adotou, nos primeiros anos da República em Santa Cruz do Sul, uma política de “cooptar” ou formar algumas lideranças naturais da localidade, isto quando não conseguia indicar um “funcionário” ao lugar. Neste sentido, o Partido do Centro Católico cumpria um papel importante na medida em que possibilitou em alguns momentos uma aglutinação de forças locais para não permitir o fortalecimento maior dos federalistas (pois o Partido do Centro Católico tinha seus quadros políticos naturais de Santa Cruz do Sul) (Krause, 2002, p. 149).

Avaliamos que, no início da vila, o partido que melhor representava os interesses dos empresários luteranos no contexto do Império era o Partido Liberal, nas figuras de Silveira Martins e Koseritz (ambos maçons e anticlericais). No banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul, durante a I República essa agremiação continuaria a ser registrada com a mesma sigla, mas sabemos que foi reconhecido como Partido Federalista e teve como principal líder local o comerciante Carlos Trein Filho, que aglutinou toda a oposição ao PRR naquele contexto, sendo vítima de um atentado em 1903. Comparamos a atuação do PRR e do PL na cidade de Santa Cruz do Sul. Conseguimos levantar os dados eleitorais de 1896, 1897, 1900, 1922 e 1924 para cargos de âmbito local e regional.

Tabela 4 – Relatório eleitoral comparado entre PRR e PL

Partido: PRR				Partido: PL			
Ano	Cargo	Votação	Porcentagem	Ano	Cargo	Votação	Porcentagem
1896	Intendente	217	23.20%	1896	Intendente	563	62.21%
1897	Vereador	205	37.82%	1897	Vereador	220	40.59%
1900	Vereador	293	30.36%	1900	Vereador	176	18.24%
1922	Presidente do Estado	1434	80.07%	1922	Presidente do Estado	357	19.93%
1924	Vereador	8441	88.4%	1924	Vereador	1108	11.6%
1924	Intendente	1441	72,5%	1924	Intendente	494	20.8%

Tabela elaborada pelo autor com base no banco dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Percebemos que o PL foi perdendo espaço eleitoral na medida em que o PRR ia cooptando lideranças protestantes ligadas aos Federalistas. Esse partido iniciou com 23,20% nas eleições de 1896 e ampliou seu percentual para 37% nas eleições para vereador do ano seguinte. Nas eleições de 1922 e 1924, conseguiu mais de 80% dos votos¹³. O PL foi perdendo espaço eleitoral na medida em que o PRR atuava na cooptação das lideranças locais, pois, segundo Love (1975), a oposição ao PRR era forte nas regiões da fronteira, mas era muito fraca na zona colonial alemã e italiana, fato que garantiu a vitória de Castilhos na Revolta Federalista. O quadro eleitoral de Santa Cruz do Sul comprova essa tendência; após 1897 o PRR manteve sua hegemonia na política local, conseguindo vencer todas as disputas com o PL, que aglutinava os Federalistas.

Para Pedro Dutra Fonseca (1983), a trajetória da oposição gaúcha é bem mais complexa em comparação com os outros estados da federação, pois pode-se dizer que ela descende do PL, dominante no Rio Grande do Sul nas últimas décadas do Império. Vale destacar que Krause aponta esse partido como o mais forte na Vila de Santa Cruz, pois foi de lá que emergiram nomes como o de Frederico Guilherme Bartholomay. Fonseca (1983) destaca que, uma vez proclamada a República, o PRR ganhou adeptos monarquistas, especialmente do Partido Conservador. Porém o campo majoritário do PL, ainda sob a orientação de Gaspar Silveira Martins, passou à oposição com a nova sigla: Partido Federalista, registrado no banco eleitoral de Santa Cruz como PL.

Em relação à disputa eleitoral dos dois partidos com alguma identidade religiosa, conseguimos reunir os resultados das eleições de 1896, 1897 e 1900 para os cargos de âmbito local, comparativamente, o desempenho do Partido do Centro Católico e do Partido Liberal nessas três eleições.

Tabela 5 – Relatório eleitoral comparado entre PCC e PL

Partido: PCC				Partido: PL			
Ano	Cargo	Votação	Porcentagem	Ano	Cargo	Votação	Porcentagem
1896	Intendente	321	14,59%	1896	Intendente	563	62,21%
1897	Vereador	117	21,59%	1897	Vereador	220	40,59%
1900	Vereador	238	24,66%	1900	Vereador	176	18,24%

Tabela elaborada pelo autor com base no banco dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

¹³ Para informações adicionais a Tabela 3 – Relatório eleitoral comparado entre PRR e PL em Noronha (2012, p. 93) traz informações de cada eleição entre os anos citados. A fonte utilizada foi o Banco de Dados Eleitorais de Santa Cruz do Sul.

Em Noronha (2012, p.94), observamos que os dois partidos tendiam a cair até 1900, tendo em vista a estratégia bem-sucedida do PRR em cooptar os líderes das duas forças políticas. Mas comparando somente a disputa entre o PL (com maioria luterana) e o PCC (católico), percebemos que o primeiro teve uma queda mais expressiva. Mas isso não significa que os luteranos tivessem perdido espaço político local; bem pelo contrário, encontraram no PRR poder de barganha para uma atuação política mais sólida em comparação com a agremiação representada por Carlos Trein Filho e que havia sido derrotada na Revolta Federalista¹⁴.

Na medida em que o PCC e o PL foram perdendo força eleitoral, tendo em vista a consolidação da separação entre igreja e Estado, provocando o progressivo esvaziamento do discurso ideológico assentado no interesse religioso, Krause aponta para uma articulação mais acentuada entre luteranos e católicos para barganhar interesses políticos e econômicos comuns via PRR. Analisado a filiação religiosa dos vereadores de Santa Cruz do Sul, ao longo de 1905 até 1966, percebemos que a maioria foi filiada à igreja luterana, mas isso nunca foi considerado um empecilho nas relações sociais. Para os luteranos era fundamental obter um nível de articulação política com a comunidade católica, pois esse grupo possuía um canal de negociação com o governo estadual. Exemplo disso ocorreu em 1915, quando os empresários do fumo, majoritariamente luteranos, receberam uma carta de recomendação feita pelo intendente municipal Galvão Costa, na época indicado pelo PRR e filiado ao catolicismo, para uma reunião com o governador Borges de Medeiros na capital estadual, Porto Alegre:

São portadores desta os adiantados industrialistas aqui estabelecidos João Nicolau Kliemann, José Carlos Kohmann, Adolfo Iserhard, José Etges Filho, Theodoro Schilling, Guilherme Presser, Helmuth Schütz, os quais desejam entender-se pessoalmente com V. Exa. sobre assunto de grande relevância para Santa Cruz que diz respeito ao seu mais importante fator de riqueza econômica local, o fumo (apud Krause, 2002, p. 149).

O teor da reunião apontava para a criação de uma grande indústria de cigarros de capital nacional, a Cia. de Fumos Santa Cruz S/A, que seria fundada por esses integrantes da elite local em 1918; além disso, comentaram sobre os planos de fundar uma Associação Comercial e Industrial e trataram da possibilidade da filial da British American Tobacco (B.A.T.) se instalar na cidade. Vale destacar que na época a empresa estava indecisa entre Rio Pardo e Santa Cruz, mas, tendo em vista do potencial da agricultura familiar e da

¹⁴ Para maiores detalhes quanto aos números de cada eleição, consultar a Tabela 4 – Relatório eleitoral comparado entre PCC e PL e o Gráfico 04 – Desempenho eleitoral do PCC e do PL em Santa Cruz (1896-1900) em Noronha (2012. P. 94) com base no banco de dados eleitorais de Santa Cruz do Sul.

disponibilidade de recursos para a instalação da empresa estrangeira na cidade, Santa Cruz acabou recebendo-a em 1917. Assim, o empresariado local possuía no PRR um canal de negociação política com o poder público estadual.

Podemos afirmar que o contexto da I República foi importante na medida em que neutralizava uma cisão político-religiosa que havia na comunidade de Santa Cruz na época do Império. A separação do Estado e da Igreja Católica, combinada com a progressiva estratégia de cooptação dos integrantes da elite local pelo PRR, ligada aos dois grupos, fez recrudescer essa polarização. Os resquícios de divergências entre católicos e luteranos na política local foram desregulados após a Revolta Federalista. Para os luteranos, a adesão ao PRR significou a abertura de um canal de diálogo com o poder público central, enquanto que para os empresários católicos esse partido representava o perfil de um novo regime que havia deposto a Monarquia.

Considerações finais

Procuramos levantar novas discussões sobre Santa Cruz do Sul a partir de outros trabalhos que analisaram as relações políticas e econômicas entre católicos e luteranos na I República. A cidade serviu de modelo para diversas pesquisas que objetivaram entender o desenvolvimento de comunidades teuto-brasileiras formadas pela imigração europeia no século XIX e que passaram ao largo do processo escravagista que foi marcante na formação da sociedade brasileira. Por se tratar de um grupo germânico, os temas da religiosidade e do engajamento étnico emergiram nas problemáticas dessas pesquisas que analisaram as relações políticas, econômicas e culturais.

Apoiado na historiografia sobre Santa Cruz do Sul, analisamos os limites do discurso étnico e religioso desenvolvido pela elite urbana local no contexto do século XX. Nesse ponto recuperamos as abordagens sobre a formação da identidade étnica e religiosa da comunidade, o perfil socioeconômico de católicos e luteranos além de uma análise da vida política local na I República. O engajamento do discurso germânico, forjado desde a formação da colônia até a I Guerra Mundial, foi construído na medida em que as disputas religiosas perdiam força e os estados alemães se unificaram tornando-se uma das maiores potências da Europa. Vale destacar que o ambiente brasileiro, de fraca integração com essas comunidades de imigrantes, contribuiu para que fosse forjada essa identidade local que foi desmantelada pela crise do discurso sobre a superioridade étnica provocada pela derrota alemã na II Guerra Mundial.

Silvana Krause (2002) tentou encontrar uma relação entre o desenvolvimento econômico da cidade associado ao luteranismo, porém se deparou com cidades de colonização italiana, portanto católica, como Caxias do Sul, que alavancaram um desenvolvimento maior em condições geográficas muito pior. Andrius Estevam Noronha (2012) levantou a tese de um limite na rede de relações que permitissem a manutenção de uma coesão social vinculada exclusivamente pelo fator religioso e também étnico. As empresas de Santa Cruz do Sul poderiam ser forjadas por essa rede de relações locais, no entanto, para conseguirem se afirmar num mercado cada vez mais globalizado tiveram que reconstruir sua identidade local para se adequar a conjuntura nacional e internacional. A política da I República permite observar a influência do positivismo, de tendência anti-clerical, do PRR que cresceu num contexto que os dois partidos com filiação em uma das igrejas perderam força na primeira década do regime republicano.

Referências bibliográficas

- CORREA, Silvio Marcos de Souza. Identidade alemã e alteridade no Rio Grande do Sul. In: CUNHA, Jorge Luiz da. Cultura alemã – 180 anos. Porto Alegre: Nova Prova, 2004. p. 31-44.
- FONSECA, Pedro Dutra. RS: economia e conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- KUHN, Guido Ernani. Um homem de fibra: Francisco J. Frantz e outras memórias. Gazeta do Sul, Santa Cruz do Sul, [s.n.], 2007.
- KRAUSE, Silvana. Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- JOB, Luciana da Costa. Os colonos do fumo: tobacco pays my bills. Estudo antropológico sobre política, etnia e identidade no Universo da Agricultura Familiar Fumageira em Santa Cruz do Sul Vale do Rio Pardo – RS. 2003. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2003.
- LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz do Sul: de colônia a freguesia, 1849-1859. Santa Cruz do Sul : APESC, 1979.
- MENEZES, João Bittencourt. Município de Santa Cruz do Sul. 2. ed. Texto transcrito em ortografia atualizada por Arthur Rabuske. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- NORONHA, Andrius Estevam. Beneméritos empresários: história social de uma elite de origem imigrante do sul do Brasil (Santa Cruz do Sul, 1905-1966). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre, 370 f., 2012.
- SCHMIDT, João Pedro. Capital social e participação política em Santa Cruz do Sul. 2004a. Disponível em: <<http://www.unisc.br>>; acessado em: maio de 2005.

- _____. Comportamento eleitoral e ideologias em Santa Cruz do Sul: o nazismo, o integralismo e a esquerda. 2004b. Disponível em: <<http://www.unisc.br>>; acessado em: maio de 2005.
- _____. Continuísmo e conservadorismo nas eleições de Santa Cruz do Sul. 2004c. Disponível em: <<http://www.unisc.br>>; acessado em: maio de 2005.
- WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. Brasília/S.P. EUB/Pioneira, 1981.
- VOGT, Olgário. A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS (1849-1993). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

RECEBIDO em 04/10/19
APROVADO em 05/11/19